

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Foram tornadas públicas as contas relativas a 2014 da Metro do Porto, empresa pública com a exploração do transporte concessionado a privados desde a sua fundação.

Simultaneamente, o Governo, através do Secretário de Estado dos Transportes continua a mistificar a opinião pública dizendo que não serão pagas Indemnizações Compensatórias ao sector privado (Edições Impressas de 29 de Maio do Correio da Manhã, Diário de Notícias, I, Jornal de Notícias, Negócios, Público, Sol e edições online de 28/5 de A Bola, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Dinheiro Vivo, Económico, Expresso, Negócios, Observador, Público e Visão, além das televisões e rádios - RTP, TVI, SIC, TSF, Comercial, Liz e Antena 1).

Há quem diga que uma mentira muitas vezes repetida passa a ser verdade. Talvez seja esse o objetivo do governo, mas a verdade é que as contas da empresa Metro do Porto, recentemente publicadas, são a demonstração do verdadeiro custo para o Estado deste tipo de opções, de passar para o privado a exploração dos transportes públicos.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia:

1. É ou não verdade que a empresa pública Metro do Porto pagou, em 2014, mais de 50 milhões de euros à subconcessionária privada que garante a exploração comercial do Metro do Porto? É ou não verdade que esse valor supera em 10,7 milhões de euros a totalidade da receita da exploração comercial arrecadada? Não pagou o Governo mas pagou uma empresa pública?
2. É ou não verdade que a empresa pública Metro do Porto, além de pagar à subconcessionária privada mais 10,7 milhões que as receitas arrecadadas, ainda paga 6,4 milhões de euros do aluguer do material circulante que a empresa privada utiliza? E que também paga as

despesas com a bilhética (1,8 milhões), com a vigilância e limpeza (1,3 milhões), com a conservação e reparação (3,2 milhões), etc.? É ou não verdade que neste modelo a empresa pública Metro do Porto está condenada ao endividamento crescente enquanto a subconcessionária privada tem garantido um resultado positivo?

3. É ou não verdade que nos contratos para a renovação da subconcessão do Metro do Porto a privados, que o Governo já alterou inúmeras vezes e mantém convenientemente escondidos do Parlamento, os valores a ser pagos ao subconcessionário vão aumentar significativamente?
4. É ou não verdade que o Governo passou, em 2013, um empréstimo de 500 milhões de euros da Direção Geral de Tesouro e Finanças à Metro do Porto? E que esse empréstimo se destinou a pagar a liquidação de 456 milhões de euros de swaps e a cobrir a ausência do pagamento de Indemnizações Compensatórias nesse ano e nos seguintes?
5. É ou não verdade que a Metro do Porto empresa pública perdeu mais 116 milhões de euros em swaps no ano de 2014? É ou não verdade que a empresa pública Metro do Porto pagou ainda mais 97 milhões de euros em juros? É ou não verdade que o modelo de PPP desenhado para a Metro do Porto é completamente inviável, e representa um processo de sangria de recursos públicos através de uma dívida impagável e que se alimenta a si própria?
6. É ou não verdade que a Metro do Porto acumulou perdas financeiras de 2473 milhões de euros nos últimos 10 anos? É ou não verdade que essas perdas equivalem às perdas operacionais que o Metro do Porto sofreria se funcionasse gratuitamente durante os próximos 50 anos? É ou não verdade que a empresa pública Metro do Porto acumulou uma dívida de 3220 milhões de euros, provocada pela desorçamentação do investimento na infraestrutura, pelo subfinanciamento da exploração, pela especulação financeira e pelo crescente custo do serviço da dívida, sendo a empresa onde além de convergirem todas as erradas opções da política de direita para os transportes públicos com o facto de ter a exploração comercial privatizada desde o início do seu funcionamento?
7. Sendo evidente que estas «perdas» públicas corresponderam a «ganhos» de diversos privados, que explicação consegue apresentar o Governo para querer manter este modelo de PPP na Metro do Porto e ainda o querer alastrar para os STCP, para a Carris e para o Metro de Lisboa?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 5 de Junho de 2015

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

LURDES RIBEIRO(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)